

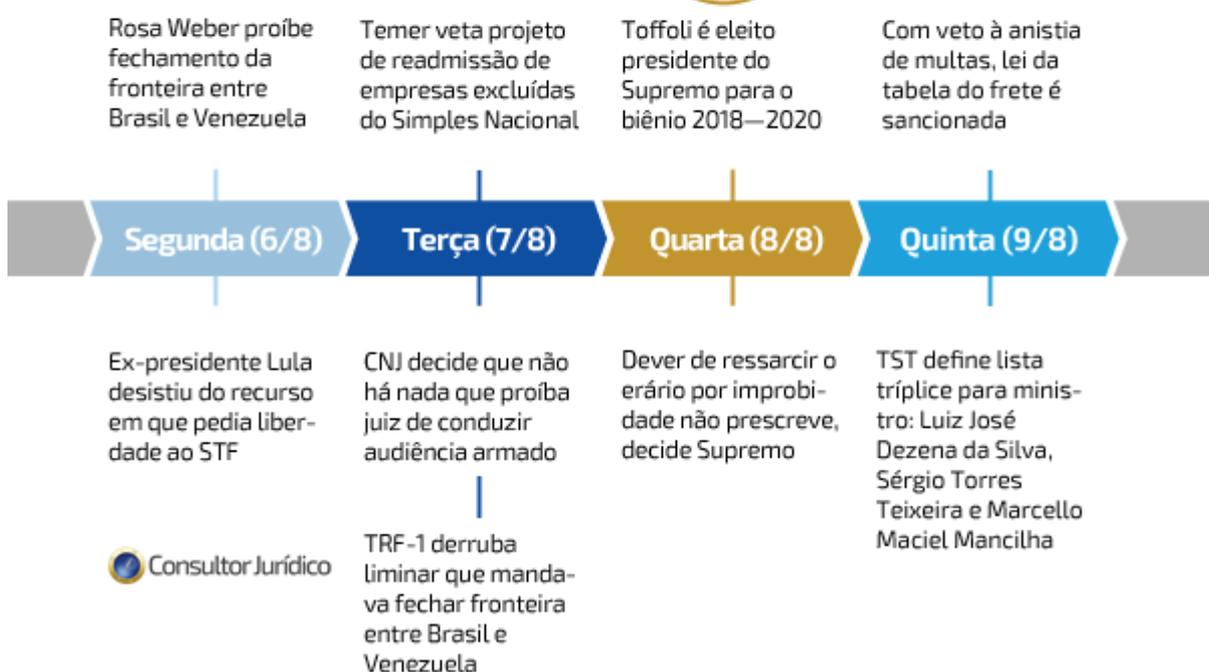
## Imprescritibilidade de ações de ressarcimento ao erário foi destaque

O Supremo Tribunal Federal [decidiu](#), por 6 votos a 5, que ações de ressarcimento ao erário por improbidade administrativa são imprescritíveis. Como o caso teve repercussão geral reconhecida, a decisão valerá para todos os cerca de 100 mil processos semelhantes que aguardavam o resultado.

O julgamento foi marcado pela mudança de voto de alguns ministros. Na quinta-feira da semana passada (2/8), o julgamento foi interrompido com a maioria [votando](#) pela prescrição em cinco anos. Ao retomar o caso nesta quarta-feira (8/5), os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso decidiram mudar de posicionamento. Com isso prevaleceu o entendimento ministro Luiz Edson Fachin, pela



...ção jurídica.



### Orçamento do Judiciário

Nesta semana, o Supremo Tribunal Federal aprovou seu orçamento para 2019, com um aumento salarial de 16,38% para os ministros. O valor total da proposta orçamentária para a corte é de R\$ 741,4 milhões. O Tribunal Superior do Trabalho também aprovou orçamento para a Justiça do Trabalho: R\$ 21,5 bilhões.

Para a Justiça Federal, o orçamento aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) é de R\$ 12,4 bilhões. Já o Conselho Nacional de Justiça aprovou R\$ 231 milhões. A proposta representa aumento de

---

4,7% em relação ao orçamento deste ano, de R\$ 220 milhões.

As propostas orçamentárias devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional. Se aprovadas pelo Legislativo, seguem para sanção do presidente da República, Michel Temer,

### Política de confronto

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro [condenou](#) o estado a indenizar a família de um pedreiro morto durante confronto entre policiais e criminosos. Segundo a 3ª Câmara Cível do TJ-RJ, ao insistir na política de confronto armado de suspeitos de praticar crimes, o estado viola o princípio constitucional da segurança pública. Dessa maneira, a administração pública responde objetivamente por danos causados nesses embates, não fazendo diferença se quem disparou tiro que atingiu terceiro foi um policial ou não.

## FRASE DA SEMANA

Tenho a impressão que a inelegibilidade do ex-presidente Lula, mantida a condenação, é um caso de inelegibilidade aritmética, porque ele tem uma condenação em segundo grau.

Podemos ter variações quanto a interpretação quanto a Ficha Limpa aqui ou acolá. Mas, não em se tratando de condenação por crime contra administração pública. A não ser que viesse a ser suspensa a própria condenação.

Gilmar Mendes, ministro do STF, ao [comentar](#) a situação do ex-presidente Lula durante o programa de entrevistas *Poder em Foco* do SBT.

## ENTREVISTAS DA SEMANA



Duas entrevistas marcaram a semana. No sábado (4/8), o sociólogo e

cientista político brasileiro [Bolívar Lamounier](#) falou sobre seu livro eletrônico *O Império da Lei*, publicado em 2016. Nele, Bolívar fez um levantamento estatístico sobre quem são e como pensam os advogados brasileiros. Para o autor, a advocacia se proletarizou e não é mais o celeiro das elites políticas.

Um dos motivos, segundo Bolívar, está na mudança de estrutura da profissão. "Parece que há quase uma estrutura de castas, com os grandes escritórios e alguns que ganham fortunas por mês no topo, e na base uma verdadeira multidão de advogados com rendimentos mensais muito baixos, de até R\$ 12 mil", diz.

Spacca



No domingo (5/8), o entrevistado foi o ex-governador do Rio de Janeiro

[Anthony Garotinho](#) (PRP), para quem o Conselho Nacional de Justiça deve urgentemente promover uma intervenção na Justiça do Rio de Janeiro, pois certos “elementos” estão contaminando-a.

Segundo o político, o Judiciário e o Ministério Público fluminenses são mancomunados com o grupo do ex-governador Sérgio Cabral (MDB).

## RANKING

**3,2 milhões**número de visualizações  
de página na ConJur**1 milhão**número de visitantes  
na página

Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida, com 106 mil acessos, foi sobre o início do julgamento

do STF que acabou definindo que as ações de ressarcimento ao erário não prescrevem.

Até aquele momento, a maioria dos ministros era favorável à prescrição de cinco anos. Na conclusão do julgamento, contudo, o placar virou e venceu a tese da imprescritibilidade.

Com 53,4 mil visitas, o segundo texto mais lido foi sobre a decisão da Interpol de tirar o advogado Tacla Duran da lista de procurados. De acordo com a agência de investigação internacional, a conduta do juiz Sergio Moro, responsável pela operação "lava jato" em Curitiba, lançou dúvidas sobre a existência de um julgamento justo contra o ex-funcionário da Odebrecht, e apontou violação de leis, princípios, tratados e normas do Direito internacional, reconhecidos pelo Brasil.

**As dez mais lidas**

[Maioria no STF é a favor de prescrição de dever de ressarcir erário em cinco anos](#)

[Moro violou regras internacionais em decisões sobre Tacla Duran, diz Interpol](#)

[TJ-RJ afasta súmula do "mero aborrecimento" e concede indenização](#)

[Política de confrontos armados é inconstitucional, decide TJ do Rio](#)

[Ex-presidente Lula é "caso de inelegibilidade aritmética", diz Gilmar](#)

[Advogado é condenado a indenizar juíza por ter representado contra ela no CNJ](#)

[INSS não pode cobrar de volta benefício assistencial recebido por decisão judicial](#)

[Ministro suspende decisão da Justiça Federal que bloqueou bens da Dolly](#)

[Entrevista – Bolívar Lamounier: "Advocacia se proletarizou e não é mais o celeiro das elites políticas"](#)

[Dever de ressarcir o erário por improbidade administrativa não prescreve, decide STF](#)

**Manchetes da Semana**

[Para o mesmo crime, o juiz federal Marcelo Bretas aplica penas que variam 273%](#)

[Decisões do STF podem ser aplicadas antes do trânsito em julgado, diz Celso de Mello](#)

[Separação judicial afasta cobertura securitária pela morte de cônjuge, diz STJ](#)

[Herdeiro só adquire imóvel por usucapião se exercer posse como se fosse o dono](#)

[Dever de ressarcir o erário por improbidade administrativa não prescreve, decide STF](#)

[Presos após segunda instância já são 1/4 do total da população carcerária, diz CNJ](#)

[Acórdão anulado não pode produzir efeitos jurídicos, decide 6ª Turma do STJ](#)

[Política de confrontos armados é inconstitucional, decide TJ do Rio](#)

[TRF-1 suspende decisão que impedia entrada de venezuelanos no Brasil](#)

[TRF-3 nacionaliza proibição do INSS de cobrar verba paga por decisão judicial](#)

[CDC é aplicável para desconsiderar personalidade jurídica de cooperativa](#)

[Entrevista – Anthony Garotinho: "Justiça do Rio de Janeiro precisa com urgência de uma intervenção do CNJ"](#)

[Entrevista – Bolívar Lamounier: "Advocacia se proletarizou e não é mais o celeiro das elites políticas"](#)

**Date Created**

11/08/2018